



Palavras-chaves: Gestão Pública Universitária, Dumping Social, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1 INTRODUÇÃO

A gestão universitária desempenha papel crucial no cenário educacional contemporâneo, sendo fator determinante na moldagem do futuro das instituições de ensino superior e na promoção de uma educação de qualidade. Ao mesmo tempo em que carrega a responsabilidade de manter padrões acadêmicos elevados, a gestão universitária se depara com desafios complexos que vão desde a eficiência administrativa até a garantia da inclusão e equidade. Em contexto global, no qual questões sociais e econômicas se entrelaçam com as metas de desenvolvimento sustentável, a gestão universitária é chamada a combater o dumping social no intuito de reduzir a desigualdade social.

O dumping social, caracterizado pela degradação dos direitos trabalhistas como forma de reduzir custos, representa ameaça ao desenvolvimento sustentável das nações. Esse fenômeno prejudica a formação de uma sociedade justa e equitativa, comprometendo a capacidade das pessoas de alcançar seus potenciais plenos. Aqui entra o papel crucial da gestão universitária como guardiã e promotora da responsabilidade social, podendo contribuir de forma significativa para a prevenção do dumping social.

O problema de pesquisa gira sobre o seguinte: em que medida a gestão universitária assume papel estratégico no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, especialmente no combate ao dumping social? A hipótese sustenta que por meio da promoção da educação de qualidade, da pesquisa orientada para soluções e do compromisso com a responsabilidade social, as universidades têm a capacidade de contribuir diretamente para diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, trabalho decente e crescimento econômico. Assim, a gestão universitária não apenas influencia a formação de futuros profissionais e cidadãos engajados, mas também tem impacto substancial no progresso global rumo a um mundo mais sustentável e equitativo.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo geral descrever a relevância e os desafios da gestão universitária, destacando sua função essencial na luta contra o dumping social e seu papel na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU. Por intermédio de um possível desempenho da gestão universitária para enfrentar os desafios atuais e futuros, busca-se compreender como as instituições de ensino superior podem maximizar seu impacto positivo na sociedade e contribuir efetivamente para um futuro mais justo e sustentável.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo visa à compreensão dos temas delineados, referentes à gestão pública universitária e sua função social através do enfrentamento do dumping social, especialmente sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

2.1 GESTÃO PÚBLICA UNIVERSITÁRIA

A gestão pública universitária se refere à administração e à organização de instituição de ensino superior financiada e mantida pelo ente público (governo federal, estadual ou municipal), envolvendo a aplicação de princípios e práticas de gestão para garantir o funcionamento eficaz e eficiente, enquanto cumpre sua missão acadêmica e atende às necessidades da comunidade e da sociedade em geral. Envolve o planejamento estratégico, alocação de recursos, supervisão acadêmica, tomada de decisões e implementação de políticas que afetam todos os aspectos da instituição educacional.

A gestão pública universitária busca equilibrar os objetivos acadêmicos e administrativos, garantindo que a instituição ofereça educação de qualidade, seja eficiente no uso dos recursos públicos e atenda às necessidades da sociedade.

Não se olvida que a gestão pública universitária é tarefa complexa que exige equilíbrio entre os objetivos acadêmicos, as necessidades da comunidade e a gestão eficiente dos recursos públicos. Afinal, em razão da globalização, mudanças significativas, ou seja, uma situação instável, dinâmica e constante, tem sido um desafio à gestão universitária (FERRARESI, 2004).

Não se pode negar que as gestões universitárias têm sido vistas de maneira burocrática, engessando a dinâmica das etapas da administração e interferindo de forma negativa no nível de eficiência institucional (MEYER JUNIOR, 2000, VIEIRA; VIEIRA, 2004). Há, muitas vezes, um imobilismo gerencial das universidades, calcado na ideia de que os problemas institucionais são externos, interligadas às políticas governamentais e legislações engessadas que inibem a criatividade (MEYER JUNIOR, 2002). A falta de transparência, por sua vez, é outro fator que pode minar a confiança da comunidade acadêmica e do público em geral.

Em decorrência de políticas neoliberais que preconizam o ‘Estado mínimo’, ao longo da história a universidade perdeu sua característica de instituição social, passando a ser gerida como mera organização. A instituição social é orientada ao atendimento das demandas da sociedade, de transformar a sociedade, enquanto que uma organização social utiliza-se da lógica instrumental, operacional, ou seja, voltada aos interesses do mercado capitalista, ou seja, com o fim de prestadora de serviços (CHAUI, 2003).

Conforme Souza (2009, p. 22), “Não é difícil perceber que as teorias organizacionais não dão conta da gestão das universidades, em razão da complexidade dessas instituições e das exigências da sociedade atual”. A universidade é presidida por lógica complexa e abstrata em suas funções sociais (PIRES, 1996). Ela deve ser entendida como um sistema aberto e flexível, admitindo a existência de contradição, da diversidade e da incerteza, aceitando as mudanças que ocorrem no mundo (MARIOTTI, 2007). Morin caracteriza a universidade nos seguintes termos:

A universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, ideias e valores que passam, então, a fazer parte da herança. Assim, ela é conservadora, regeneradora, geradora (MORIN, 2002, p. 81).

A universidade, portanto, é uma instituição social que exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, uma relação interna e expressiva entre universidade e sociedade. Dessa forma, a universidade pública é uma instituição social, com autonomia, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, tendo a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa (CHAUI, 2003).

No atual cenário, a gestão pública universitária deve acompanhar as transformações e evoluções do cotidiano, necessitando que seus gestores não apenas implementem programas políticos, mas também o comprometimento de uma gestão gerencial (SGUISSARDI, 2004). De acordo com Meyer Junior (2002, p. 142), “na tarefa de reverter este quadro, as habilidades dos administradores e por consequência a competência da administração universitária, tornam-se, cada vez mais, fatores críticos do processo de mudança nas instituições”.

Assim sendo, a gestão pública universitária deve atentar-se não apenas às funções acadêmicas, mas, de igual forma, às funções econômicas, educacionais e sociais da instituição, com o objetivo de propiciar efetividade, agilidade e flexibilidade (MEYER JUNIOR, 2000). Dessa gestão, aliás, depende a excelência do ‘ensino público, gratuito e de qualidade’ (conhecido *slogan* das universidades públicas federais brasileiras), vale dizer, fatores dos quais depende o próprio desenvolvimento nacional.

2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FRENTE AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Após a leitura do item anterior, pode-se inferir que gestão pública da universidade pública deve se preocupar com os ODS da ONU por várias razões importantes. Inicialmente em decorrência da Responsabilidade social e cidadania global, as universidades públicas têm um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de contribuir para um mundo mais justo e sustentável. Ao abordar os ODS em suas práticas e currículos, as universidades promovem a consciência sobre questões globais e incentivam os alunos a se tornarem agentes de mudança positiva.

Um outro motivo da importância dos ODS refere-se ao impacto nas comunidades locais e além: as universidades públicas são instituições influentes em suas comunidades e tem por obrigação ir ‘além dos muros’. Ao adotar práticas alinhadas com os ODS, elas podem inspirar ações sustentáveis em suas regiões, influenciando o desenvolvimento local, promovendo inovação social e compartilhando conhecimento para enfrentar desafios.

Cite-se também a Pesquisa e Inovação no centro dos debates sobre ODS. Com efeito, as universidades são centros capazes de gerar soluções para os problemas complexos que os ODS abordam, como mudanças climáticas, desigualdades, saúde e segurança alimentar. Ao direcionar seus esforços de pesquisa para atender a essas metas, as universidades podem contribuir significativamente para avanços tecnológicos e sociais.

Outro importante aspecto diz respeito à formação de líderes e profissionais, pois muitos dos ODS requerem a contribuição de profissionais qualificados e líderes conscientes. As universidades desempenham um papel crucial na formação desses indivíduos, capacitando-os com conhecimento e habilidades necessários para abordar desafios complexos e promover práticas sustentáveis em diversas áreas.

Do ponto de vista político, destaque-se o alinhamento com políticas nacionais e internacionais, já que muitos governos e organizações estão comprometidos com os ODS e buscam parceiros para alcançar essas metas. As universidades públicas, como instituições governamentais, podem desempenhar um papel estratégico na implementação das políticas de desenvolvimento sustentável. Além do mais, a adesão aos princípios dos ODS pode melhorar a reputação e atratividade das universidades. Alunos, professores, funcionários e financiadores muitas vezes valorizam instituições que demonstram compromisso com questões sociais e ambientais, o que pode levar a maior apoio e engajamento.

Finalmente, percebe-se a Contribuição para a Agenda Global, pois as universidades têm a capacidade de contribuir ativamente para a consecução dos ODS, compartilhando boas práticas, desenvolvendo pesquisas inovadoras e influenciando políticas por meio de sua expertise e colaborações.

Em síntese, a gestão pública das universidades públicas deve se preocupar com os ODS da ONU porque essa preocupação não apenas reflete compromisso com a responsabilidade social, mas também pode ter impacto significativo na educação, pesquisa, inovação e desenvolvimento global, promovendo um futuro mais sustentável para todos.

A gestão das universidades públicas tem relação significativa com os ODS, podendo ser explorada na seguinte forma:

1. ODS 4 – Educação de Qualidade: as universidades públicas desempenham papel crucial na promoção da educação de qualidade. Elas podem contribuir para alcançar a meta de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades educacionais para diversos grupos sociais e oferecendo programas que abordem os desafios do desenvolvimento sustentável.

2. ODS 5 – Igualdade de gênero: as universidades devem promover a igualdade de gênero em sua gestão interna, bem como por meio de programas acadêmicos e pesquisas

que abordem questões de gênero. Elas têm o potencial de influenciar a mudança social ao capacitarem mulheres por meio da educação e da pesquisa.

3. ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: as universidades contribuem para o crescimento econômico por meio da pesquisa, inovação e formação de profissionais qualificados. Elas também podem promover práticas de trabalho decente ao adotarem políticas de emprego justas e inclusivas em suas operações.

4. ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura: as universidades desempenham um papel importante na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias e inovações que impulsionam o progresso industrial e a infraestrutura sustentável. Com isso, colaboram com setores públicos e privados para promover a pesquisa aplicada e transferência de tecnologia.

5. ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: as universidades têm a capacidade de liderar pesquisas e desenvolver soluções para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Além disso, devem adotar práticas de gestão sustentável para reduzir a massa de carbono.

6. ODS 17 – Parcerias para alcançar os objetivos: as universidades podem atuar como parceiras importantes para governos, empresas e organizações da sociedade civil na busca dos ODS, na medida em que fornecem conhecimento especializado, pesquisa e recursos para apoiar a implementação das metas de desenvolvimento sustentável.

É importante ressaltar que a relação entre a gestão pública das universidades e os ODS pode variar de acordo com o contexto e as prioridades locais. Uma gestão eficaz das universidades públicas, alinhada com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, pode contribuir significativamente para o avanço dos ODS estabelecidos pela ONU.

3 METODOLOGIA

A natureza desta investigação é pura, dedicada a reconstruir “[...] conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20). A partir do Dumping Social, buscou-se verificar o papel da gestão universitária na promoção dos ODS, com especial destaque para os ODS 1, 3, 5, 8, 10, 12, 16 e 17. Embora não se possa prever sobre imediata interface com a realidade, já que não se trata de estudo aplicado, nem por isso a pesquisa deixa de ser relevante, pois houve aprofundamento desse conhecimento para possível design de implantação na área da gestão universitária.

No tocante ao método de abordagem, seguiu-se o método indutivo crítico. Isso porque o método indutivo pressupõe análise inicial do conjunto de premissas menores e específicas que permite o alcance, em sede de conclusão, de proposição geral, que ganha força e plausibilidade (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2004, p. 75). Assim, indução é processo por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se conclusão provável; trata-se, pois, de conclusão não contida nas premissas examinadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86).

No presente caso, a indução ocorre por meio de sequência de raciocínio que parte da observação e análise das seguintes premissas afirmativas específicas verdadeiras, ou seja, que as universidades: i) desempenham um papel crucial na promoção da educação de qualidade; ii) promovem a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e inovações; iii) têm a capacidade de liderar pesquisas e desenvolver soluções para mitigar os impactos das mudanças climáticas; e, iv) atuam como parceiras importantes para governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Com isso, ao final, formula-se a proposição de conclusão provável, de que a gestão universitária está alinhada com a logicidade de combate ao Dumping Social e tem potencial para promover os ODS. Evidencia-se pelo método indutivo a observação de há fenômenos

específicos (premissas menores), para a proposição de afirmação de relação de coexistência e interdependência essencial e; em consequência, universal e necessária, entre esses fenômenos. Em face da atribuição de veracidade às premissas menores, o argumento indutivo tem o condão de sustentar ou atribuir verossimilhança à sua conclusão (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86).

Trata-se de estudo crítico em virtude de buscar direção ou referencial comprometido com as mudanças e a construção de ambiente novo, e “redimensiona o fenômeno [...] não só colocando-o a serviço dos reais interesses das formas da vida cotidiana e das práticas sociais plurais, como, sobretudo, constituindo-o instrumento [...] de implementação das transformações paradigmáticas, erigidas nas rupturas” (WOLKMER, 2015, p. XXI).

Quanto aos fins, é pesquisa descritiva porque a hipótese se estrutura sobre três variáveis de associação, quais sejam: I) a promoção da educação de qualidade e da pesquisa orientada para soluções e do compromisso com a responsabilidade social; II) a capacidade das universidades em combater o dumping social (de maneira direta e indireta) e contribuir diretamente para o atingimento de diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A variável de associação, conforme esclarece Gil (2019, p. 32), afirma a existência de relação entre variáveis; ou seja, quando os fenômenos não têm relação de causalidade ou influência. Isso faz com que o estudo verifique a presença objetiva e plausível de associação entre os fenômenos, sem estabelecer relação causal. A pesquisa descritiva:

[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. [...] São pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis. (GIL, 2019, p. 32)

A avaliação dos dados e das informações revelou-se sob a forma qualitativa, pois não teve a intenção de medir ou enumerar de forma estatística (forma quantitativa) as variáveis que abordou ou a relação entre elas. Nesta investigação, buscou-se o alcance e as interpretações que o Dumping Social comporta na seara da gestão universitária. Ruiz (2002, p. 56) afirma que, com as pesquisas qualitativas, “não se quer provar a existência de relações particulares entre variáveis. O trabalho busca uma descrição do fenômeno estudado, está interessado nas histórias dos eventos e nas suas interdependências”. No que diz respeito ao procedimento adotado, optou-se por pesquisa bibliográfica, concretizada pela técnica da análise de livros e de artigos científicos. Os resultados foram apresentados exclusivamente em forma de textos.

4 RESULTADOS

Nesse item, passa-se a tratar a correlação de gestão pública universitária ao combate do dumping social frente aos objetivos de desenvolvimento sustentável. O dumping social é uma prática desleal em que as organizações ou empregadores reduzem custos trabalhistas de forma significativa para ganhar vantagem competitiva no mercado. Isso pode incluir a exploração de mão de obra barata, condições precárias de trabalho e/ou falta de benefícios para os trabalhadores.

Essa prática tem se proliferado na sociedade, principalmente em setores altamente competitivos e globalizados, nos quais organizações buscam maximizar seus lucros às custas do bem-estar dos trabalhadores e da sociedade em geral. O dumping social deve ser combatido por diversas razões importantes. Inicialmente, em virtude da justiça e da equidade, já que o dumping social explora os trabalhadores ao reduzir seus salários e benefícios,

resultando em condições de trabalho injustas e desiguais. Isso leva à distribuição desigual da riqueza e aumenta desigualdade social.

Um outro aspecto muito importante decorre do impacto na qualidade de vida, tendo em vista que as condições precárias de trabalho podem afetar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, prejudicando sua qualidade de vida e bem-estar geral. Com isso, tem-se, naturalmente, a degradação das condições trabalhistas. Ao utilizar práticas de dumping social, as empresas ou empregadores minam padrões trabalhistas e incentivos para melhorar as condições de trabalho, criando o fenômeno conhecido por *race to the bottom* (corrida para o fundo), na qual outros empregadores também podem ser pressionados a reduzir benefícios e salários.

O dumping social, ademais, é uma competição desleal, pois permite que empresas menos éticas e comprometidas com práticas sustentáveis ofereçam preços mais baixos, distorcendo a concorrência e prejudicando negócios que seguem regulamentos e padrões éticos. Isso, sem contar com o impacto ambiental. Afinal, além das questões trabalhistas, o dumping social também pode levar a práticas ambientais inadequadas, pois empresas podem cortar custos ao ignorar normas de proteção ambiental.

Combater o dumping social é essencial para proteger os direitos dos trabalhadores, promover a justiça social, fomentar uma economia saudável e sustentável; e, alcançar um desenvolvimento equitativo e responsável. O dumping social tem relação direta com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), pois sua prática afeta negativamente várias metas estabelecidas pela Agenda 2030. Os ODS são uma série de 17 objetivos interligados e ambiciosos que visam abordar desafios globais, incluindo erradicação da pobreza, promoção de igualdade de gênero, acesso à educação, saúde e bem-estar, entre outros.

A relação entre dumping social e os ODS pode ser explicada em alguns aspectos não exaustivos: a) ODS 1 – Erradicação da pobreza: o dumping social pode levar à redução dos salários e benefícios dos trabalhadores, aumentando o número de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade econômica; b) ODS 3 – Saúde e bem-estar: condições precárias de trabalho podem afetar negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores, prejudicando o bem-estar geral da população; c) ODS 5 – Igualdade de gênero: o dumping social pode afetar desproporcionalmente as mulheres, que muitas vezes enfrentam discriminação e salários mais baixos em comparação aos homens, agravando as desigualdades de gênero; d) ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: o dumping social mina padrões trabalhistas, cria condições injustas de concorrência e prejudica a busca por empregos decentes e crescimento econômico sustentável; e) ODS 10 – Redução das desigualdades: o dumping social contribui para aumentar a desigualdade social e econômica, aprofundando as divisões entre os mais ricos e os mais pobres; f) ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis: práticas de dumping social podem levar a uma exploração insustentável de recursos humanos e ambientais, impactando negativamente a sustentabilidade do consumo e padrões; e, g) ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: o dumping social pode minar a estabilidade social e prejudicar a confiança nas instituições, gerando tensões e conflitos.

Portanto, combater o dumping social é essencial para alcançar os ODS da ONU, uma vez que essa prática representa uma ameaça direta ao desenvolvimento sustentável e à construção de um mundo mais justo, inclusivo e equitativo para todos.

O papel da universidade pública é crucial para combater o dumping social e promover os ODS da ONU. Nesse sentido, a universidade possui condições para:

- a) realizar pesquisas e estudos sobre o impacto do dumping social, suas causas e impactos em diferentes setores econômicos e geográficos. Ao divulgar essas informações para o público em geral, ela aumenta a conscientização sobre os problemas associados a essa prática. Além disso, essas pesquisas podem fornecer

informações cruciais para a formulação de políticas públicas, bem como para o engajamento de empresas e governos na luta contra o dumping social e a identificação de soluções inovadoras;

- b) desenvolver (através da pesquisa interdisciplinar) soluções inovadoras para abordar o dumping social. Isso pode envolver o *design* de modelos de negócios mais justos, tecnologias que aumentem a transparência nas cadeias de suprimentos ou estratégias para promover práticas de trabalho decente;
- c) oferecer cursos e programas de educação que abordem questões sociais, trabalhistas e ambientais, capacitando os futuros profissionais a promoverem práticas sustentáveis nas suas áreas de atuação. A universidade pode incorporar valores éticos, responsabilidade social e sustentabilidade em sua cultura e currículo, incentivando a próxima geração de profissionais a importância e a agirem de maneira ética e socialmente responsável;
- d) envolver-se com a comunidade local, realizando eventos, palestras e workshops para aumentar a conscientização sobre questões sociais e trabalhistas, bem como promover o diálogo construtivo sobre como combater o dumping social;
- e) engajar-se em parcerias com empresas, organizações e governos para desenvolver políticas públicas e regulamentação que combatam o dumping social. Isso pode incluir o fornecimento de recomendações baseadas em evidências para governos e órgãos reguladores;
- f) estabelecer parcerias com empresas locais, nacionais e internacionais para promover práticas responsáveis de trabalho e sustentabilidade. Essas parcerias podem incluir programas de estágio e projetos de consultoria para ajudar as empresas a implementarem melhores práticas;
- g) promover a responsabilidade social e ambiental, incentivando a adoção de boas práticas empresariais em prol do desenvolvimento sustentável. Elas podem também contribuir para a conscientização do público e a mobilização da opinião pública em relação a essas questões. Ao enfatizar a importância da ética nos negócios e do respeito pelos direitos dos trabalhadores, as universidades podem contribuir para uma mudança cultural através das práticas comerciais; e,
- h) apoiar esforços para implementar leis e normas internacionais que visem combater o dumping social e promover práticas comerciais justas. As universidades têm uma voz influente na sociedade e podem usar sua posição para fazer *advocacy* por políticas e regulamentos mais rigorosos em relação ao dumping social.

Ao fazer isso, a universidade pública passa a desempenhar um papel fundamental na criação de uma sociedade mais justa e sustentável, contribuindo para o alcance dos ODS estabelecidos pela ONU. Portanto, diante desse cenário, estabelece-se a relação entre gestão pública universitária pública, dumping social e ODS, considerando os seguintes pontos.

Em relação ao ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), a gestão pública das universidades pode influenciar positivamente a promoção do trabalho decente e crescimento econômico, ao formar profissionais qualificados e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Quanto ao ODS 1 e 10, que diz respeito à Erradicação da pobreza e redução das desigualdades, uma gestão pública eficaz das universidades pode ajudar a reduzir as desigualdades sociais, ao garantir o acesso equitativo à educação de qualidade, independentemente da origem socioeconômica. Isso pode ajudar a evitar situações em que certos grupos sejam prejudicados pelo dumping social.

No que tange ao ODS 12 (Consumo e produção sustentáveis), a gestão sustentável das universidades, considerando fatores como eficiência energética, redução e práticas de compras responsáveis, passa a contribuir para a promoção do consumo e produção

sustentáveis, alinhados com os princípios de desenvolvimento sustentável. O ODS 17 (Parcerias para alcançar os objetivos) viabiliza-se porque as universidades podem estabelecer parcerias com governos, setor privado e sociedade civil para, justamente, promover a implementação dos ODS. Isso inclui colaborar para desenvolver soluções inovadoras que abordem questões sociais e ambientais, reduzindo assim os impactos do dumping social.

Em resumo, a gestão pública das universidades públicas desempenha papel importante na promoção dos ODS, contribuindo para a redução do dumping social e para a criação de ambiente mais equitativo, inclusivo e sustentável. Ao integrar o combate ao dumping social em sua missão educacional, de pesquisa e de serviço à comunidade, as universidades não apenas contribuem para a erradicação de práticas injustas trabalhistas, mas também promovem o desenvolvimento sustentável e o avanço dos ODS em níveis local, regional e global.

A pesquisa, em síntese, resultou numa interligação em torno dos temas gestão pública universitária, função social, enfrentamento do dumping social e objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Foi possível demonstrar os problemas, a relevância e complexidade do papel da gestão pública universitária em sociedade caracterizada pela constante transformação.

Permitiu-se visualizar como os fatores relacionados à gestão pública universitária podem contribuir para o enfrentamento do dumping social e, por consequência, o avanço dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Verifica-se a universidade como instituição social, genuíno agente transformador da realidade.

5 CONCLUSÃO

Em um mundo cada vez mais interconectado e complexo, a gestão pública universitária emerge como protagonista vital na busca por um futuro sustentável e equitativo. Ao direcionar seus esforços para combater o dumping social, as universidades não apenas respondem uma preocupação imediata, mas também traçam um caminho firme em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. A importância da gestão pública no combate ao dumping social traduz-se na promoção dos ODS estabelecidos pela ONU e transcende os limites tradicionais da academia, escoando em toda a sociedade.

Ao integrar a luta contra o dumping social em suas estratégias de gestão, as universidades assumem o papel de catalisadores da mudança social. Elas não só capacitam seus alunos a se tornarem agentes ativos na promoção de práticas éticas e responsáveis, mas também redefinem o propósito da educação superior ao demonstrar seu compromisso com valores universais de equidade, dignidade humana e justiça.

Ao reconhecer a responsabilidade de moldar cidadãos conscientes e líderes responsáveis, as universidades públicas adquirem relevância única na transformação de mentalidades e práticas cotidianas de gestão. A integração do combate ao dumping social nos currículos acadêmicos é catalisador poderoso para a conscientização e para a capacitação de futuros profissionais, preparando-os para enfrentar os desafios complexos do mercado global enquanto defendem valores éticos e direitos humanos.

Além disso, o papel das universidades como centros de pesquisa e inovação não pode ser subestimado. Por intermédio da investigação aprofundada e da geração de conhecimento, as instituições acadêmicas podem desvendar os meandros do dumping social, identificar suas causas profundas e desenvolver soluções transformadoras. As pesquisas de graduação e pós-graduação não apenas têm o condão de organizar políticas públicas e normativas, mas também inspiram ações concretas por parte das empresas e da sociedade civil. A pesquisa abre novas portas para a inovação, estimulando a criação de soluções criativas e

tecnologicamente avançadas para os desafios sociais e econômicos impostos pelo dumping social.

No âmbito da colaboração, as universidades públicas podem forjar parcerias estratégicas, desde empresas, governos e organizações não governamentais, ampliando o impacto de suas iniciativas e fomentando uma abordagem coletiva para o avanço dos ODS. Essas parcerias, enraizadas na expertise acadêmica, geram sinergias poderosas e aceleram o progresso em direção a um mundo mais justo e sustentável. Essas colaborações ecoam os princípios de interdependência e cooperação que permeiam os ODS, unindo esforços em prol de um objetivo comum.

Uma gestão pública universitária comprometida em combater o dumping social não apenas contribui para ambiente de trabalho mais justo, mas desempenha papel essencial na realização dos ODS. Ao educar, pesquisar, inovar e colaborar, as universidades se convertem em agentes de mudança social positiva e contribuem significativamente para a construção de um mundo mais sustentável e equitativo. A gestão pública universitária quando transcende os muros da academia se converte também em agente de mudança global. Ao internalizar a missão de combater o dumping social e avançar os ODS, as universidades se posicionam como faróis de esperança e progresso em direção a um futuro mais humano, igualitário e sustentável.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERRARESI, A.L. **Sugerindo estratégias de gerencia para IFES**. In: Cenários da Gestão Universitária na Contemporaneidade. Florianópolis; Insular, 2004. p.327-342.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

MARIOTTI, Humberto. **Pensamento Complexo**: suas aplicações à liderança e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEYER JUNIOR., Victor; MURPHY, Patrick. **Dinossauros, Gazelas e Tigres. Novas abordagens da Administração Universitária. Um diálogo Brasil e EUA**. Florianópolis: Insular, 2000.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**: Repensar a reforma, reformar o pensamento. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

PIRES, Hindenburgo F. Universidade: A dialética do mercado e da sociedade. **Revista Advir**, ASDUERJ- Rio de Janeiro, Nº 09, 1996, pp. 05-07, ISSN 1518-3769.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterôma e competitiva**. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, Maria de Lourdes A. (Orgs.). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Irineu Manoel de. **Gestão das Universidades Brasileiras: uma abordagem fundamentada na gestão do conhecimento**. 2009. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia do Conhecimento, Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflitos em tempos de mudança. **RAC**, v. 8, n. 2, Abr./Jun. 2004: 181-200.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.